

DESAFIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO ATUAL

Andréia Therezinha Lima Reis*

A gestão pública brasileira vive um momento de transição e ajustamento às exigências, tanto das leis de responsabilidade político-administrativa, quanto aos desejos dos cidadãos por uma administração mais comprometida com a sua real natureza, que é o bem-estar comum.

A administração pública pode ser definida também como a gestão dos bens e interesses qualificados da comunidade, nos âmbitos federal, estadual ou municipal, segundo os preceitos do direito e da moral, visando ao bem comum. Para Matias-Pereira (2010), a administração pública, no sentido amplo, deve ser entendida como todo o sistema de governo, todo o conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana. Elas que determinam a forma de distribuir e exercer a autoridade política e de atender aos interesses públicos. É o governo em movimento, é a atuação do Estado de forma concreta e imediata para a consecução dos interesses coletivos, visando o bem comum.

255

Contudo, melhorar a eficiência dos serviços públicos tem sido um grande desafio, diante da crise da administração pública que é decorrente da própria crise de Estado e dos âmbitos de atuação deste, são competências dos entes federados, mas com grandes complexidades.

A administração pública passou por uma evolução histórica, que evidencia a passagem por três modelos básicos: a gestão pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Um dos maiores desafios,

* Graduada em Psicologia pela PUC-MG, pós-graduanda em Gestão Pública pela FaPP/UEMG, Assessora de Movimentos Sociais da Arquidiocese de Belo Horizonte.

para que se aja com uma postura ética na administração pública é a superação do sentimento patrimonialista que envolve grande parte dos sujeitos da administração pública, ou seja, a confusão que existe entre o que é público e o que é privado.

Mesmo diante dessa confusão, percebe-se que as demandas aos governos e às organizações se tornam cada vez mais heterogêneas e complexas por parte da sociedade e dos cidadãos tendo em vista as políticas públicas deficientes: segurança, educação, saúde, emprego, habitação, mobilidade urbana, etc.

Esse novo contexto em que a insatisfação dos cidadãos é crescente com a qualidade dos serviços públicos exige uma nova postura dos gestores públicos. O atual cenário da gestão pública está marcado pela reiteração constante de atitudes ilegais e antiéticas praticadas por agentes públicos que priorizam interesses pessoais ou de terceiros, esquecendo-se de suas reais responsabilidades para com a gestão de recursos públicos. Os casos de envolvimento em escândalos e corrupção nas diferentes esferas do poder público são apresentados quase que diariamente pela mídia, e, o mais impressionante, pouco tem sido feito para aplicar punições aos responsáveis.

256

O resultado desse desrespeito e falta de comprometimento dos gestores públicos é, sem dúvida, sentido pelo povo, que não tem suas necessidades básicas atendidas, que recebe uma prestação de serviços públicos inadequados na maioria das vezes, principalmente no que se refere à área da saúde, educação, moradia, segurança, incompatíveis com a elevadíssima carga tributária, a qual está submetida o cidadão brasileiro.

A precarização dos serviços públicos está ligada a grandes desvios, corrupções, tráfico de influências e má aplicação dos recursos públicos, incrementados, sobretudo pela falta de comprometimento

e de profissionalização dos cargos principalmente na área da gestão, pois os principais cargos de direção e assessoramento superior que necessitam de conhecimentos técnicos e científicos de Administração são entregues a pessoas com qualquer ou nenhuma formação, priorizando apenas os interesses pessoais e políticos, e, aos interesses sociais, tem-se dado pouco significado.

São vários os desafios da administração pública presentes no contexto atual:

1. Redefinição das funções das distintas instituições e organizações e novas formas de interação entre elas.
2. Consciência da interdependência dos fenômenos, dificuldade para reduzir custos operacionais e melhorar a qualidade dos serviços prestados.
3. Tentativa de priorizar a consolidação do conceito de Estado para resultados, buscando sua irreversibilidade, estendendo o alcance da gestão eficiente, eficaz e efetiva a toda administração pública, ofertando, com menor custo possível, serviço público com qualidade.
4. Percepção da necessidade da implementação da gestão estratégica por todos os atores envolvidos nesse processo, com a visão de que toda a construção depende do envolvimento de todos os níveis de organização.
5. Priorização do foco nos resultados de desempenho institucional e no relacionamento com o cliente/cidadão.
6. Esforço para melhorar a integração entre os sistemas organizacionais e governamentais.

257

Uma gestão moderna, empreendedora, orientada para resultados efetivos, depende, em especial, do nível de qualificação profissional e remuneração das carreiras de Estado, bem como da geração de estímulos para a formação de novas lideranças no setor público. Existe a necessidade de uma gestão mais profissional no setor

público, baseada no conhecimento técnico, na qualificação necessária com o objetivo de obter resultados de forma eficiente e eficaz. Na gestão pública pouca ênfase se tem dado à gestão de pessoas. Investir na gestão de pessoas no setor público é uma forma de dar sustentabilidade aos programas de governo. (MATIAS- PEREIRA, 2010).

O modelo de gestão estratégica de pessoas possibilita formar profissionais alinhados com as modernas tendências de gestão existentes na atualidade. Embora este seja um tema consagrado na iniciativa privada ainda de profunda reflexão por ocasião de sua transposição para o setor público.

Mesmo diante dos reflexos provocados pela globalização e pelas crescentes pressões da sociedade, a administração pública brasileira não tem sido capaz de responder adequadamente, como organização, às demandas e aos desafios da modernidade. A sociedade vem exigindo do poder público uma atuação cada vez mais voltada para o alcance de resultados, além da eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental são as palavras de ordem.

258

Os mecanismos para melhorar o desempenho da administração pública estão presentes no processo orçamentário, no sistema de gestão de pessoal, na transparência e na geração do bem comum. A gestão pública não é meramente uma questão de eficiência e eficácia, mas é também uma questão de legalidade e legitimidade e outros valores que transcendem os padrões restritivos dos negócios.

A própria rigidez da legislação estimula a inércia gerencial, também se constata a existência de poucos mecanismos de planejamento, fraca ênfase no desempenho, a atuação está voltada para o cumprimento das tarefas do dia a dia, sem contemplar uma visão para o curto, médio e longo prazo. Não existe uma cultura de monitoramento de

resultados e envolvimento dos funcionários na melhoria contínua da gestão. A rotatividade na ocupação de posições de chefia também influencia na continuidade dos projetos e no próprio trabalho realizado.

As organizações públicas normalmente priorizam as questões emergenciais, relegando ao segundo plano as atividades estratégicas, como o estabelecimento de objetivos e metas alinhados às definições da organização, o planejamento de ações e a definição de políticas. Constata-se pouca ou nenhuma ênfase no desempenho, no resultado, adiciona-se a isso a falta de mecanismos para o desenvolvimento profissional contínuo e permanente. A profissionalização da gestão pública ajudaria a melhorar a credibilidade das instituições públicas perante a sociedade, que só espera que os governos tenham seriedade em suas ações, que desenvolvam atividades que possibilitem o desenvolvimento humano e social.

259

De acordo com Matias-Pereira (2010), os desafios da gestão contemporânea são decorrentes das mudanças de paradigmas no mundo. E essas mudanças ocorrem principalmente devido ao ritmo crescente do processo de globalização. É praticamente impossível permanecer inerte às transformações tecnológicas, organizacionais, políticas, econômico-financeiras, culturais, sociais e ambientais que ocorrem no planeta. Para o autor, a estrutura atual da gestão pública ainda permanece pesada, burocrática e centralizada. Isso significa que se deve preparar a administração para a superação dos modelos burocráticos do passado de forma a incorporar técnicas gerenciais que introduzam, na cultura do trabalho público, as noções indispensáveis de qualidade, produtividade, resultados e responsabilidade da parte dos funcionários.

É importante e relevante, enfim, destacar que, além da preocupação permanente em elevar o nível de desempenho da gestão pública, o

governo deve dedicar especial atenção às questões que envolvam a ética, a moral, e a transparência na administração pública. Tudo isso somado à criação de um ambiente favorável à inclusão social e o fortalecimento da capacidade de formulação e implementação de políticas públicas que atendam de forma satisfatória à população.

REFERÊNCIAS

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PAULA, Ana Paula P. **Por uma Nova gestão Pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

Recebido: 25/10/2016

Aprovado: 25/11/2016